

DESLOCANDO O SABER: Representações sobre África e mulheres africanas na “historiografia oficial”

Shifting the knowledge: representations on Africa and African women
in “official historiography”

Desplazando el saber: representaciones sobre África y mujeres
africanas en la “historiografía oficial”

Aldina da Silva Melo

Doutoranda em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA)

Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre África e o Sul Global (NEÁFRICA)

aldina08@yahoo.com.br

Resumo

A presente pesquisa consiste em um levantamento bibliográfico acerca do modo como a História da África foi gestada e apropriada pela “Historiografia Oficial” europeia. Com isso, a intenção é analisar como as narrativas produzidas sobre África pelas Ciências Humanas, especificamente pelo campo da história, impactaram nas representações sobre as mulheres africanas e como tais representações percorreram e circularam o mundo, sobretudo o “mundo ocidental”. Neste trabalho, tenho partido da perspectiva de que é necessário e urgente um deslocamento e descolonização do saber como possibilidade de reconhecer e considerar outras formas de conhecimentos oriundos das experiências e narrativas de sujeitos do Sul Global.

Palavras-chave: Historiografia. Representações. África. Mulheres.

Abstract

The present research consists of a bibliographical survey about how the History of Africa was conceived and appropriated by the "Official Historiography" of Europe. The intention is to analyze how the narratives produced on Africa by the Human Sciences, specifically by the field of history, have impacted the representations on African women and how such representations have traveled and circulated the world, especially the Western world. In this work, I have departed from the perspective that it is necessary and urgent a displacement and decolonization of knowledge as a possibility to recognize and consider other forms of knowledge derived from the experiences and narratives of people from from the Global South.

Keywords: Historiography. Representations. Africa. Women.

Resumen

El presente búsqueda consiste en un levantamiento bibliográfico acerca de cómo la Historia de África fue gestada y apropiada por la "Historiografía Oficial" europea. La intención es analizar aún cómo las narraciones producidas sobre África por las Ciencias Humanas, específicamente por el campo de la

historia, impactaron en las representaciones sobre las mujeres africanas y cómo tales representaciones recorrieron y circularon el mundo, sobre todo el occidental. En este trabajo, se partió de la perspectiva de que es necesario y urgente un desplazamiento y descolonización del saber como posibilidad de reconocer y considerar otras formas de conocimientos oriundos de las experiencias y narrativas de sujetos del / sobre / del Sur Global.

Palabras clave: Historiografía. Representaciones. África. Las Mujeres.

Introdução

Estudar África é interpretar, compreender e sentir uma certa sociedade, no tempo e no espaço, na plenitude da sua complexidade (PIMENTA; KAJIBANGA, [s.d]).

Se for verdade que o mundo é epistemologicamente diverso, como propõe Boaventura Santos (2009), e que a História preocupa-se em analisar a ação contínua de homens [e mulheres] no tempo, como afirma Marc Bloch (2001), então os questionamentos deste trabalho são: 1) Por que a Historiografia oficial tem privilegiado as narrativas do Norte do globo, especificamente da Europa, e silenciado, quando não hierarquizado, às do Sul global, sobretudo aquelas que emergem de e sobre África? 2) Como a História tem construído, a partir de narrativas eurocêntricas, o “outro” não europeu como diferente, como desigual, como “não humano”? 3) Como as narrativas produzidas sobre África impactaram nas representações sobre mulheres africanas na/pela História ocidental? Essas são algumas das inquietações a serem refletidas neste trabalho.

Os campos “revolucionários” da história, como a geração dos Annales ou a historiografia alemã, não reconheceram por muito tempo a História da África, negando aos africanos a condição de humanidade e produtores de conhecimento. Isso é refletido fortemente, por exemplo, no silêncio sobre as mulheres africanas na/pela “História Oficial”. Ora, as transformações da ciência histórica em África impactaram o campo da História mundial, e levaram a comunidade de historiadoras(es) a repensar sua práxis, bem como a própria lógica da História.

Desse modo, no intuito de dar visibilidade para as histórias do sul global e promover um diálogo, e não uma cisão, entre as epistemologias do sul e do norte, a perspectiva deste trabalho é chamar atenção para a necessidade de um deslocamento e descolonização do saber, como possibilidade de reconhecimento de outras formas de conhecimentos oriundas das experiências e narrativas dos sujeitos do sul global. Primeiro, foi realizado um levantamento bibliográfico

de como as Ciências Humanas, com destaque para a História, a Antropologia e a Filosofia, construíram a História da África. Segundo, como as narrativas produzidas sobre África impactaram nas representações de mulheres africanas na/pela “Historiografia Oficial” europeia.

Histórias da África: repensando a historiografia ocidental

“Não civilizada”, “a-histórica”, “não humana”, “não desenvolvida” esses são algumas das narrativas com os quais África foi historicamente representada na “historiografia oficial”. Em contrapartida, o ocidente, especificamente a Europa, foi representada como “civilizada”, “humana” e “desenvolvida”. À Europa foi destinado o lugar por excelência da história. Os europeus impuseram sua história como universal e todos os outros povos foram pensados a partir do crivo eurocêntrico. Ora, mas ao fazer isso, são violentadas e silenciadas outras histórias, outras culturas, outros modos de organização social, outras formas de ver, sentir, pensar e se inscrever no mundo.

Em se tratando da universalização da história europeia e do silenciamento da História da África, dois aspectos, no mínimo, devem ser problematizados, a saber: as Ciências Humanas, sobretudo as narrativas históricas, antropológicas e filosóficas tenderam, e muito, a desconsiderar, homogeneizar e hierarquizar as experiências dos sujeitos, dando vozes a uns e silenciando outros; A própria ideia de “África”, como não desenvolvida e necessitada de ser tutelada, foi construída no/pelo/a partir do ocidente.

No tocante às Ciências Humanas é evidente que “a epistemologia ocidental tem subestimado certas formas de conhecimento [...]” (PIMENTA; KAJIBANGA, *[s.d]*, p. 6), como os que partem de e sobre África. Até o final do século XX, por exemplo, a historiografia tendeu, e muito, a desconsiderar as especificidades dos grupos étnicos¹ africanos e de suas culturas. Isso foi mudando, embora lentamente, a partir do que ficou conhecido com revolução historiográfica provocada pela História Nova. A Antropologia, por seu turno, nasceu e produziu seus primeiros resultados como uma disciplina atrelada ao colonialismo. A Filosofia, talvez um dos ramos menos sujeitos à mudança, ao menos no que concerne ao reconhecimento da

¹ Neste trabalho tenho adotado e pensado “grupo étnico” como uma organização social em movimento, e não necessariamente restritos a uma ocupação territorial ou ligados por laços de parentesco. (POUTGNAT; STREIFF-FENART, 2011).

importância da produção científica de África, pautou-se historicamente na produção intelectual europeia (MELO, 2014).

Nesse sentido, recai-se num problema de ordem epistêmica da produção de conhecimento. Afinal, como narrar a história da África se os padrões de narração sempre foram europeus? Em *África e as disciplinas: as contribuições da pesquisa sobre a África às ciências sociais e humanas*, coletânea publicada em 1993 pela Universidade de Chicago, diversos autores são instigados a responderem o questionamento de um reitor/diretor de instituto a um chefe de departamento: “por que, numa conjuntura de escassez de recursos, contratar um historiador [ou antropólogo, economista, cientista político, filósofo, estudioso da literatura] que seja especialista em África, em vez de um perito em outra área geográfica?” (SLENES, 2009, p. 21-22). De acordo com Robert Slenes (2009), a resposta unânime dada pelos autores da coletânea a tal pergunta foi que

os estudos africanistas marcaram profundamente a própria formação teórica e metodológica de suas respectivas disciplinas no século XX (é o caso especialmente na antropologia), provocaram profundas reinterpretações dentro delas (o caso particularmente na história, na história da arte e nos estudos literários na segunda metade do século) ou prometiam fazer isso em breve (na economia e na ciência política) (SLENES, 2009, p. 22).

Steven Feierman (1993) teve um artigo publicado nessa coletânea, no qual chama a atenção para o modo como as ciências humanas, de modo particular a História, teceu a história de África. As narrativas usadas nessa tessitura criaram a cisão dicotômica hierárquica entre Norte e Sul. Convencionou-se situar o Norte como produtor de conhecimento e o Sul como produtor de “sabedorias” (FEIERMAN, 1993). É evidente que essa perspectiva impactou e influenciou as produções historiográficas sobre o continente africano, como bem lembra Feierman.

Once upon a time historians used to know that certain civilizations (Western ones) were their natural subject matter, that some political leaders (Thomas Jefferson, Napoleon, Charlemagne) were worth knowing about, and that particular periods and developments (the Renaissance, the Age of Enlightenment, the rise of the nation-state) were worthy of our attention. (FEIERMAN, 1993, p. 167).

Essa visão sugere que “other places, other people, other cultural developments less central to the course of Western civilization did not count. Now all of that has come into question”

(FEIERMAN, 1993, p. 167). Houve uma descentralização no campo da pesquisa na academia. O novo conhecimento mostrou que o que foi antes construído como história universal era na verdade apenas algo muito seletivo, local e parcial (FEIERMAN, 1993). A partir daí os estudos africanos ganharam destaque e força dentro do universo acadêmico. Para Robert Slenes (2009) “desde aproximadamente os anos de 1960 desmoronou-se boa parte do mundo que as ciências humanas haviam construído” (SLENES, 2009, p. 19), e os historiadores foram levados a repensar os alicerces nos quais a história da humanidade foi construída.

These choices have become acutely aware that their own writings, their ways of constructing a narrative, conceal some kinds of historical knowledge even while they reveal others, and that their choice of subject and method is a product of their own time and circumstances, not an inevitable outcome of the impersonal progress of historical science. (FEIERMAN, 1993, p. 167).

Esse tempo e circunstância da qual fala Feierman (1993) leva a problematizar outro aspecto da ciência histórica que deve ser considerada: *o lugar social* de produção de conhecimento dos historiadores. De fato, Michel de Certeau (1982) já convidava a comunidade de historiadores a refletir sobre o lugar de produção do conhecimento histórico. Esse lugar social da produção do conhecimento historiográfico possuiu por muito tempo uma singularidade ocidental (CERTEAU, 1982), sendo gestado na/pela Europa, que tomou as experiências dos europeus como um espelho e/ou modelo e as impôs em universais.

O conhecimento historiográfico é sempre centrado, diz Certeau (1982), em a *Escrita da História*. O “[...] historiador *escreve* [...] sendo ele próprio inserido em um espaço e um tempo” (GINZBURG, 2008, p. 216). Essa escrita geralmente parte do espaço e tempo europeu e impõe-se como universal. Assim, o Sul global foi sempre pensado a partir do Norte. Ora, como ocorre com a História, poder-se-ia afirmar que a Antropologia e a Filosofia também produziram conhecimentos centralizados. Antropólogos e Filósofos também escrevem sempre a partir de um lugar social. E este lugar social tem sido historicamente o ocidente, em primeira instância, a Europa. O conhecimento produzido na/a partir da Europa tem sido posto como universal e imposto a outras realidades do mundo, esquecendo-se que o mundo é plural e que diversas e singulares são as experiências dos sujeitos.

A pluralidade, a diversidade e a singularidade de África e dos povos africanos foram brutalmente violentadas pelas Ciências Humanas. Da História à Antropologia e à Filosofia,

África foi sempre representada com narrativas que a exotizaram, quando não a inferiorizaram e desumanizaram (MELO, 2017). No campo da Filosofia, por exemplo, Friedrich Hegel declarou que “a África não é um continente histórico; ela não demonstra nem mudança nem desenvolvimento. Os povos negros são incapazes de se desenvolver e de receber uma educação. Eles sempre foram tal como os vemos hoje” (HEGEL, [s.d.] apud FAGE, 2010, p. 8). E um professor de História Moderna da Universidade de Oxford, por exemplo, afirmou que “pode ser que, no futuro, haja uma história da África para ser ensinada. No presente, porém, ela não existe; o que existe é a história dos europeus na África. O resto são trevas... e as trevas não constituem tema de história” (FAGE, 2010, p. 8-9).

O discurso de uma África que só existiu a partir da Europa era constantemente reafirmado pela ciência do século XIX. Durante a missão civilizatória de Portugal em terras africanas, Teixeira Botelho chega a dizer que “o intelecto do negro é muito inferior e incapaz de compreender os horrores da servidão; além disso a raça é propensa ao vício, à incúria e à inércia, e, abandonada a si própria, em breve cairia na mais selvagem brutalidade” (BOTELHO, 1921, p. 160 apud MENESES, 2010, p. 59). Na revista *África Ilustrada*, volume I, 1892-1893, comumente os discursos das ciências eram acionados para legitimar e impor a “inferioridade” dos africanos, a não dignidade do uso de “humano” a estes.

[aos negros] a precocidade, a mobilidade, a agudeza própria das crianças não lhes faltam; mas essas qualidades infantis não se transformam em faculdades intelectuais superiores [...]. Há decerto, e abundam documentos que nos mostram ser o negro um tipo antropológicamente inferior, não raro do antropoide, e bem pouco digno do nome de homem. A transição de um para o outro manifesta-se, como se sabe, em diversos caracteres; o aumento da capacidade da cavidade cerebral, a diminuição inversamente relativa do crânio e da face, a abertura do ângulo facial que daí deriva e a situação do orifício occipital. Em todos estes sinais os negros se encontram colocados entre o homem e o antropoide (MENESES, 2010, p. 60).

Percebe-se os esforços das várias narrativas científicas do período colonial em construir a identidade dos africanos como única e não pertencente à humanidade. Em *A evolução da historiografia em África*, Fage (2010) apresenta uma genealogia da história de África, destacando vários períodos históricos que foram desconsiderados pela historiografia europeia.

Os primeiros trabalhos sobre a história da África são tão antigos quanto o início da história escrita. [Os historiadores grego-romanos e os historiadores islâmicos medievais tinham uma visão limitada da África tropical pela escassez de contatos que

podiam estabelecer com ela] (FAGE, 2010, p. 1).

Mesmo os primeiros trabalhos sobre África já tendo uma longa datação, por muito tempo reforçou-se a representação, no campo das ciências humanas, das culturas africanas como igualitárias e estáticas, enquanto as “civilizações” europeias como dinâmicas e superiores. Mas, entendendo que o mundo é epistemologicamente diverso (SANTOS, 2010), por que as narrativas que tecem a História têm negligenciado e obliterado a História da África?

A ideia de África foi construída na Europa e disseminada pelo mundo. De acordo com Anthony Kwame Appiah (1997), tal ideia teve como base a exploração colonial sobre todo o continente africano. Appiah (1997), que propõe que se problematize África na filosofia da cultura, defende que os africanos não pertencem a uma “raça” comum, como impôs a perspectiva eurocêntrica. Dentro desse mesmo viés e a partir da análise de teóricos africanos e afro-americanos, Appiah analisa como a identidade africana foi construída, e o quanto tais construções (muito influenciadas pelo pensamento europeu) são “perigosas” e violentas.

África é portadora de uma grande diversidade de povos e culturas, “portanto, é errônea a percepção de uma África cristalizada em dezenas de povos e centenas de ‘tribos’, com suas culturas específicas consolidadas” (PEREIRA, 2013, p. 15). É preciso rejeitar qualquer retrato homogeneizador, afinal, os africanos não têm uma cultura, língua ou vocabulário religioso e conceitual em comum (APPIAH, 1997). De fato, o processo de colonização em África não visava apenas colonizar as terras africanas, mas, sobretudo, a colonização do saber. E o modelo de conhecimento imposto foi então o eurocêntrico. Mas, é bom lembrar que “o eurocentrismo não é exclusivamente a perspectiva cognitiva dos europeus ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob sua hegemonia” (QUIJANO, 2009, p. 74 -75).

Achille Mbembe (2001) muito corrobora nesse debate acerca da constituição da identidade africana. Em *As formas africanas de Auto-inscrição* o teórico analisa e critica as diferentes formas com as quais se tentou construir e representar a identidade africana a partir, basicamente, de um discurso nativista, por um lado, e outro, instrumentalista, da África e de seus povos. Se, de um lado, Appiah adverte para o perigo da construção de uma “identidade africana” homogênea, por outro, Mbembe “alerta para os perigos advindos da busca irrefletida de uma alteridade africana sem o devido reconhecimento das especificidades culturais, políticas

e geográficas em África” (MBEMBE, 2001, p. 171).

Essa visão leva Mbembe a afirmar que

a história africana [...] é essencialmente governada por forças que estão acima do controle dos africanos. Em última análise, considerava-se o africano como apenas um sujeito castrado, o passivo instrumento de gozo do mundo. Sob tais condições, não poderia haver uma visão mais radicalmente utópica que a sugestão de uma África desconectada do mundo: o sonho louco de um mundo sem Outros (MBEMBE, 2001, p. 181).

O “outro” africano foi construído basicamente a partir de três eventos históricos: a escravidão, o colonialismo e o apartheid (MBEMBE, 2001). Apesar de África não se reduzir a estes três eventos,

de acordo com a narrativa dominante, os três eventos citados acarretaram a ausência de bens [...]. A isto se seguiu uma experiência singular de sujeição, caracterizada pela falsificação da história da África pelo Outro, o que resultou em um estado de exterioridade máxima (*estranhamento*) e de ‘desrazão’. A escravidão, a colonização e o *apartheid* são considerados não só como tendo aprisionado o sujeito africano na humilhação, no desenraizamento e no sofrimento indizível, mas também em uma zona de não-ser e de morte social caracterizada pela negação da dignidade, pelo profundo dano psíquico e pelos tormentos do exílio (MBEMBE, 2001, p. 174).

É presente nesse debate a negação do “ser” e da humanidade dos povos africanos. Essa visão se reflete fortemente na educação básica no Brasil. No caso brasileiro, Anderson Ribeiro Oliva (2003; 2004) questiona o que sabemos sobre África, o que a historiografia produziu sobre os africanos e como a História de África tem sido abordada nos bancos escolares. Oliva denuncia que há cerca de 50 anos, “África transitava no esquecimento daqueles que têm por ofício lembrar o que todos esqueceram: os historiadores” (OLIVA, 2004, p. 10). Ao que tudo indica, os silêncios sobre África no Brasil começaram a ser quebrados, sobretudo, a partir da formação dos núcleos de pesquisas em História da África no Brasil, do crescimento do número de publicações internacionais sobre a História do continente africano, da atuação dos movimentos negros, da aprovação da Lei 10639/03 e da obrigatoriedade de se estudar África nos cursos de graduações (OLIVA, 2003).

Ainda no caso brasileiro, Valdemir Zamparoni (2007) questiona qual referência cultural que temos de África e dos africanos no Brasil? Qual a imagem de África e dos africanos que circulam em nossos meios midiáticos e acadêmicos e que ajudam a formar nossa identidade?

A resposta é que o que ainda hoje predomina é a de uma África exótica, terra selvagem, como selvagem seriam os animais e pessoas que nela habitam: miseráveis, desumanos, que se destroem em sucessivas guerras fratricidas, seres irracionais em meio aos quais assolam doenças devastadoras. Enfim, desumana. Em outra vertente o continente é reduzido a uma cidade, nem mesmo um país. O termo África passa, nesses discursos, a servir para referenciar um lugar qualquer exótico e homogêneo (ZAMPARONI, 2007, p. 46).

E Zamparoni (2007) acrescenta ainda que

essas imagens não são aleatórias. Foram gestadas na Europa ao longo de séculos e tomaram corpo no Brasil. Recentes estudos mostraram que [...] os homens da ciência, particularmente médicos, participaram ativamente da discussão e produção de conhecimento no âmbito do racismo científico (ZAMPARONI, 2007, p. 46).

Sem dúvidas, as representações de África “inferior” à Europa foram sendo moldadas ao longo de séculos. No XVIII, por exemplo, “[...] a principal tendência da cultura europeia começava a considerar de forma cada vez mais desfavorável as sociedades não-europeias e a declarar que elas não possuíam uma história digna de ser estudada” (FAGE, 2010, p. 7). Nessa época, o consenso entre os ditos intelectuais europeus era de que “[...] os objetivos, os conhecimentos, o poder e a riqueza de sua sociedade eram tão preponderantes que a civilização europeia deveria prevalecer sobre todas as demais” (FAGE, 2010, p. 8). Ora, seguindo essa lógica, seria evidente que a Europa inscrevesse sua história como a portadora de todo o conhecimento, em contrapartida, as sociedades não europeias eram retratadas como aquelas que não teriam história tão digna quanto à europeia para ser registrada.

Mas, se como coloca Boubou Hama e Joseph Ki-Zerbo (2010, p. 23), “o homem é um animal histórico” – e o africano é pois um homem – então ele não escapa a essa definição. E “como em toda parte, ele faz sua história e tem uma concepção dessa história” (HAMA, KI-ZERBO, 2010, p. 23), embora tenha sido silenciada por muito tempo no âmbito da “Historiografia Oficial” europeia. Mas o fato de ser silenciada não significa que ela não exista. O silenciamento pode ser compreendido como mais um dos mecanismos acionados pelo eurocentrismo para reforçar a identidade de “superioridade” da Europa, para pensar o mundo em termos hierárquicos e dicotômicos ou mesmo para confinar África ao mundo do esquecimento e das desrazão.

Apesar das várias tentativas de silenciamento e da negação da condição de humanidade à

África, “os africanos têm consciência de serem os agentes de sua própria história” (HAMA, KI-ZERBO, 2010, p. 23), mesmo isso sendo impugnado pelos escritos históricos, que negam a própria concepção de *História e Tempo* africano. Analisando o lugar da história nas sociedades africanas, Hama e Ki-Zerbo (2010) afirmam que o tempo em África é mítico e social, e a história é pensada como vida, é sempre engendradora na prática. E tal enfoque mítico não deslegitima o caráter de cientificidade e veracidade da História ou do tempo africano, muito pelo contrário, afinal, “toda história é originalmente uma história sagrada” (HAMA, KI-ZERBO, 2010, p. 28).

Na perspectiva de uma história sagrada, assume grande importância a tradição oral em África. Ela é apontada como “o único caminho para penetrar a história e o espírito dos povos africanos” (BÃ, 2010, p. 167). De acordo com Hampaté Bã (2010, p. 169), “a tradição oral [no contexto africano] baseia-se em uma certa concepção do homem, do seu lugar e do seu papel no seio do universo”. E isso deve ser levado em consideração pela história, pelas ciências humanas, pela produção do conhecimento.

Ora, a partir da prerrogativa de que o mundo é diverso e pluricultural, é preciso que se considere nas abordagens das ciências humanas os saberes e conhecimentos provenientes também do Sul, que se promova o diálogo entre as epistemologias do Norte e do Sul global, sem necessariamente hierarquizá-las ou dicotimizá-las. Dentro desse mesmo viés, Boaventura de Sousa Santos (2010) diz ser urgente a necessidade de se criar um mapa emancipatório como um meio de imaginar e viver novas e diferentes possibilidades na produção de conhecimento e nas experiências sociais dos sujeitos.

O modo como a História da África foi gestada e apropriada pelas ciências humanas construíram os africanos – “outro” não europeu – como diferente e “não humano”. E no caso das mulheres africanas, as representações produzidas sobre África tiveram impacto muito mais forte e efeito muito mais devastador. As narrativas ocidentais que produziram a imagem de mulheres africanas as inseriram como sendo os últimos “outros” desumanos, além de reduzi-las a análise de corpo, natureza e sexualidade.

Notas sobre representações de Mulheres Africanas nas Ciências Humanas

As ciências humanas foram violentas no modo como construiu e representou as mulheres africanas. Reduziu-as ao corpo e a sexualidade, a promiscuidade. Resumiu-as ao animalesco.

Associou-as à natureza não-humana. Ora, problematizar como mulheres africanas foram representadas nas/pelas ciências humanas é importante na medida em que desconstrói e desnaturaliza certos conceitos e categorias (im)postas como universais e naturais no campo do conhecimento histórico. É fundamental pensar como as mulheres africanas apareceram na historiografia oficial e como elas tiveram sua(s) identidade(s) violentadas pelo discurso científico.

Cabe lembrar que “no ocidente, o grupo (ou indivíduo) se robustece com aquilo que exclui (e a criação de um lugar próprio) e encontra sua segurança na confissão que extrai de um dominado (assim se constitui o saber de/sobre o outro, ou ciência humana)” (CERTEAU, 1982, p. 16). Isso leva a pensar sobre a exclusão de mulheres africanas. Com o discurso de diferença, o ocidente construiu e reafirmou o status de inferioridade das mulheres africanas. Dessa perspectiva, percebe-se que o acionamento do discurso sobre a diferença tem dado margem para ser excluído, inferiorizado e violentado o que não é igual.

Os corpos africanos foram historicamente violentados. E, no caso de mulheres africanas, a violência ocupou grande dimensão se comparada aos sujeitos africanos masculinos. Cabe aqui apreender o corpo como lugar de memória. Nesse sentido, o diálogo com Pierre Nora (1981) é fundamental. Nora (1981) aponta a existência de “lugares de memória” como espaços de resistência, de definição e caracterização do grupo. Para o teórico, “a memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos” (NORA, 1981, p. 25). Esses lugares da qual se ocupa Nora podem ser os mais diversos possíveis, devendo ser compreendidos para além da pedra, da cal e dos monumentos. Os corpos também são lugares de memórias, e isso pode ser percebido na história de vida da sul-africana Sarah Saartjie Baartman, que ficou conhecida no meio midiático como “a Vênus Negra”.

O caso de Sarah Baartman mostra como a imagem do negro, particularmente de mulheres negras africanas, foi construída no século XIX na/pela Europa, ao mesmo tempo em que “[...] o corpo europeu masculino representava a normalidade” (DAMASCENO, 2008, p. 2). Sarah era uma mulher knoi-san da África do Sul que nasceu em 1789 e em 1810 foi convencida a ir para Londres com a promessa de se tornar uma grande artista. Mas outros eram os shows que lhes esperavam em Londres. Sarah passou a ter seu corpo exibido publicamente em shows e “espetáculos científicos” europeus (DAMASCENO, 2008). Ela permaneceu em Londres por quatro anos e em 1814 foi vendida a um exibidor de animais francês. Se durante o período em

que permaneceu na Inglaterra seu sucesso estava associado a sua exibição pública em espetáculos animais, na França, o fascínio pelo seu corpo assume ares de interesse científico. Na França, “ela passou a ser exibida seminua em reuniões científicas onde mediam seu corpo, observavam, desenhavam, escreviam tratados sobre, modelavam em cera, escrutinizavam cada detalhe de sua anatomia” (HALL, 1997, p. 265 apud DAMASCENO, 2008, p. 2). Os ditos cientistas tentavam “comprovar”, a partir dos estudos do corpo de Sarah, os limites entre uma mulher africana “anormal” e uma mulher branca “normal”.

Sarah Saartjie Baartman morre em dezembro de 1815. Após a morte, seu corpo é enviado ao laboratório francês de George Cuvier e lá violentamente dessecado. Seus órgãos são conservados e começou-se então uma série de “estudos científicos” com seu corpo. Tais “estudos” corroboram para se moldar a ciência europeia com um viés racista. Em 1974, o que havia restado do corpo de Sarah Baartman passou a ficar expostos no Museu do Homem, em Paris. Desde 1940 vários são os pedidos para o retorno dos restos mortais de Sarah à África do Sul, mas sem êxito. Em 1994, com o fim oficial do Apartheid, Nelson Mandela faz solicitação oficial ao governo francês de devolução dos restos mortais de Sarah Baartman à África do Sul. E, apenas em 2002, é que a França concedeu a restituição do corpo de Sarah Baartman à África do Sul. Sarah Baartman é representada, na África do Sul, como um ícone da história sul-africana, como símbolo de resistência à violenta exploração europeia no continente africano. Atualmente vários centros de acolhimentos para mulheres vítimas de violência naquele país receberam o nome de Sarah Baartman.

A partir dos estudos violentos, revestidos por uma cientificidade, realizados com o corpo de Sarah Baartman nasceu o conceito moderno de raça (DAMASCENO, 2008). Robert J. C. Young (2005), aponta as ciências e as artes como determinadas por ideias recebidas sobre raça, e traz um novo elemento para análise: o sexo. Young explicita que Gobineau identifica a raça como o motor da História, e que a existência da História só foi possível por meio das atividades da raça branca (YOUNG, 2005). Direta ou indiretamente, nas análises de Young (2005) perpassam a denúncia de que sexo e raça devem ser pensados conjuntamente e não em separados.

É importante lembrar que a teoria racial “desenvolveu-se numa época particular da expansão colonial britânica e europeia no século XIX [...]” (YOUNG, 2005, p. 111). O período colonial pode ser apontado como o responsável pela constituição “subalterna” dos africanos,

centrando-se em torno de duas categorias: raça e etnicidade (MENESES, 2010).

A partir de finais do séc. XIX, nas discussões históricas e antropológicas sobre África dominavam os temas relativos às classificações raciais (onde a ideia de raça surgia como concepção biológica) e à sistemática das tribos, tendo a territorialização dos ‘grupos étnicos’ ganhado forma rapidamente (MENESES, 2010, p. 59).

Um dos fatores que muito impactou as representações sobre as mulheres africanas foi certamente o imaginário ocidental que reduziu África à natureza, a um local de pecado, em última instância, ao um local do “bárbaro irracional” (MENESES, 2010). África foi posta como sinônimo das emoções, da insanidade, do selvagem, do desumano, do singular, do exótico. E, as mulheres africanas foram inscritas no bojo dessas narrativas. O corpo das mulheres africanas foi, a partir daí, coisificado, desumanizado, animalizado e violentado pelo discurso da ciência moderna ocidental. O discurso científico impôs às africanas um “não lugar” ou quem sabe “um lugar”, mas não humano, exótico e pensado sempre a partir da chave do sexismo. Nesse sentido, é importante considerar e confrontar as epistemologias que pensam África e não tomar as de cunho ocidentais como “verdadeiras” e aplicáveis a qualquer realidade mundial.

Parafraseando Young (2010), pode-se afirmar que a construção da identidade de mulheres africanas como inferiores nasce, sobretudo, a partir das concepções de cultura e civilização, categorias que emergiram inscrevendo o “outro” não ocidental como inferior. Dessa perspectiva, os debates sobre representações de mulheres africanas devem levar em consideração que estas tiveram suas identidades universalizadas, coisificadas e sua condição de humanidade negada, sendo inscritas geralmente a partir da chave de análise do sexismo e racismo.

Sem dúvida, são raras às vezes em que a historiografia faz menção às experiências de mulheres africanas. Geralmente, um dos motivos apontado é a falta de materiais documentais que as retratem. No tocante às representações sobre mulheres africanas, Ayesha Imam (1988) aponta alguns movimentos que marcaram a historiografia, quais sejam: I) as mulheres não têm sido representadas; II) quando representadas são vistas como inferiores ou subordinadas aos homens; III) consensualmente a mulher tem seu papel complementar ao do homem; IV) apenas recentemente que as mulheres passaram a serem consideradas agentes ativas nos processos históricos.

Essa lógica de não representatividade das mulheres africanas, no campo das ciências

humanas, revela o caráter violento e ideológico com o qual as narrativas científicas confinaram, por muito tempo, ao silêncio suas experiências. E uma análise do final do século XIX e meados do XX muito revela sobre a tentativa de esquecimento das africanas, bem como os espaços a elas destinados e o modo como foram representadas.

Em *Conteted Representatios: 'Gender' em Africa*, Josephine Beoku-Betts (1963) problematiza a percepção ocidental sobre as mulheres africanas no século XIX e XX. Para Beoku-Betts (2005), as mulheres africanas têm apresentado um problema para a etnografia ocidental, que tem as colocado sempre como sinônimo de negatividade ou as associado ao animalesco e a sexualidade, acreditando que em relação a outras mulheres em outros lugares, o status e posição das mulheres africanas eram de natureza inferior. (BEOKU-BETTS, 2005, p. 22). Ora, as mulheres do oeste da África, por exemplo, têm desenvolvido técnicas de artesanato, articulado pequenos comércios, e sua participação nestas atividades foram desconsideradas pelo discurso científico europeu.

O modo como a Europa representou as mulheres africanas está muito associado ao modo como a ciência ocidental do século XIX construiu a imagem de África.

The western image of Africa in the nineteenth century was greatly influenced by the current of evolution. Africa was categorized as low in its level of civilization and its people were classed as one of the relatively backward races. Africans were characterised as unintelligent and instinctual creatures and they were also thought to possess a great deal of physical and sexual prowess (BEOKU-BETTS, 2005, p. 24).

Para o sociólogo Josephine Beoku-Betts (2005, p. 24), “in sum, African women represented to western observers in the nineteenth century something of a demarcation line between being human and animal”. A historiografia, bem como as ciências humanas e sociais, tem destinado às mulheres africanas a dimensão do silêncio e do esquecimento. Evidentemente, no tocante ao campo das representações, há certas hierarquias no modo como os sujeitos foram representados pelo discurso científico europeu: no topo da pirâmide hierárquica está o homem branco, “racional” e europeu; na base, a mulher africana. Contudo, o lugar social destinado às mulheres africanas pela ciência europeia difere do lugar social de fato destinado a elas em África.

A partir do estudo da percepção das mulheres na cultura Africana-Yorùbá, Olúségún Michael Akìnṛùlì (2011) enriquece o debate na medida em que diz que a cultura europeia por

muito tempo tentou enquadrar as mulheres africanas a um lugar que não necessariamente corresponde ao lugar ocupado por elas. De acordo com Akìnrùlí (2011) tanto os poderes quanto os papéis das mulheres naquela cultura se contrapõem ao modo como a historiografia oficial representou as africanas. As narrativas historiográficas de cunho eurocêntricas homogeneizaram as experiências, os papéis e os lugares sociais das mulheres africanas no campo da ciência.

Na cultura Yorùbá, a mulher é vista de diferentes maneiras. A mulher é vista como mãe, esposa, filha, deusa e até bruxa. Para os Yoruba, o maior valor dado a mulher é de mãe porque os Yorùbá reverenciam as mães que eles também chamam de Íya nlá (grande mães) ou de Ìyààmi (Nossas mães) (AKÌNRÙLÍ, 2010, p. 5).

Essas representações rompem com o modo como as africanas foram representadas pela historiografia ocidental, posto que esta as têm colocado como não humanas, como animais. Ora, a ciência tendeu a enxergar as africanas a partir das lentes da Europa, e como já evidenciou Certeau (1982), o lugar de onde se fala é extremamente importante nesse jogo das representações que criam e recriam “o outro” diferente e, no caso de África, o olhar europeu sobre as africanas usou de narrativas que negligenciaram e obliteraram suas experiências e as atribuía um status de não humanas.

Nem mesmo a categoria “mãe” no ocidente dá conta da dinâmica do significado que esta palavra ocupa no contexto africano. Na cultura Yorùbá, “mãe” é usada para se referir as mulheres, independentemente de ter filhos ou não. Tal perspectiva foge à lógica europeia, onde o “ser mãe” está intimamente relacionada ao fato de ter filhos. E isso evidencia o quanto operar apenas com categorias ocidentais pode ser complicado para se tratar de África, já que elas nem sempre dão conta das dinâmicas das sociedades africanas.

Oyěwùmí, em *Conceptualizando el género: los fundamentos eurocéntricos de los conceptos feministas y el reto de la epistemología africana*, traz importantes reflexões para a discussão sobre as mulheres africanas a partir dos estudos de gênero com base em experiências e epistemologias culturais africanas. Para a pesquisadora feminista nigeriana, “quando las realidades africanas se interpretan con base en estas afirmaciones occidentales, lo que encontramos son distorsiones, ofuscaciones en el lenguaje y a menudo una falta total de comprensión debido a la inconmesurabilidad de las categorías e instituciones sociales.” (OYĒWÙMÍ, 2010, p. 9)

Para Oyèwùmí, é preciso que “los análisis y las interpretaciones de África deben empezar con África. Los significados y las interpretaciones deberían derivar de la organización social y las relaciones sociales, poniendo especial atención a la cultura específica y a los contextos locales” (OYÈWÙMÍ, 2010, p. 9). Isso levaria a outras interpretações e percepções sobre as mulheres africanas, por exemplo, a de que “na África, o valor dado as mulheres é muito mais inerente aos valores culturais e religiosos. Contrário aos seus colegas ocidentais, onde o valor dado para as mulheres é mais baseado em status social” (AKÌNRÙLÍ, 2010, p. 11). Além disso, outro elemento que merece destaque é o fato de que o olhar ocidental inscreveu o corpo das mulheres africanas como sinônimo de sexo, quando não, como um local de aberração da natureza. Foi o que aconteceu com a sul-africana Sarah Baartman, que teve seu corpo exposto como um objeto de dar prazer aos europeus, seja pela via sexual, seja pela via do exótico ou da ciência.

Para Ki-Zerbo e Hama (2010), ao contrário do que tem sido dito e repetido pelo discurso científico europeu, as mulheres ocupam na consciência histórica africana uma posição sem dúvida mais importante que em qualquer outro lugar. E,

nas sociedades de regime matrilinear isto é facilmente compreensível. Em Uanzarba, perto de Tera (Níger), onde a sucessão na chefia era matrilinear, durante o período colonial os franceses, no intuito de reunir os habitantes dessa aldeia aos de outras aldeias songhai, haviam nomeado um homem para comandar essa aglomeração. Mas os Sonianke não deixaram de conservar sua *kassey* (sacerdotisa), que continua até hoje a assumir a responsabilidade do poder espiritual. Também em outros lugares as mulheres são vistas como protagonistas na evolução histórica dos povos. Filhas, irmãs, esposas e mães de reis, como essa admirável Luedji, que foi tudo isso sucessivamente e mereceu o título de Swana Mulunda (mãe do povo Lunda), ocupavam posições que lhes permitiam influir nos acontecimentos. (HAMA; KI-ZERBO, 2010, p. 30).

As narrativas ocidentais desconsideraram, por exemplo, que as africanas “[...] sempre foram consideradas personagens eminentes da história dos povos” (HAMA; KI-ZERBO, 2010, p. 30).

A mulher é a vida. E também a promessa de expansão da vida. E através dela que os diferentes clãs consagram suas alianças. Pouco loquaz em público, ela faz e desfaz os acontecimentos no sigilo de seu lar. E a opinião pública formula este ponto de vista no provérbio: ‘As mulheres podem tudo comprometer, elas podem tudo arranjar’. (HAMA; KI-ZERBO, 2010, p. 30).

Em análises mais contemporâneas acerca de África, há vários estudos ocupados em problematizar e destacar a importância das mulheres nas sociedades africanas e que se colocam em oposição aos discursos científicos europeus que inseriu África e as mulheres africanas fora da humanidade. São estudos que evidenciam a atuação e articulação de mulheres em diversos setores das sociedades africanas. Orlando Santos (2013) e Tatiana Raquel Reis (2013) destacam a importância das trajetórias de mulheres no comércio e na economia em Angola e Cabo Verde, respectivamente. Viviane de Oliveira Barbosa (2013), aponta a atuação de mulheres rurais em várias esferas sociais em Kwazulu-Natal, África do Sul, por meio da inserção em movimentos sociais, especificamente do Rural Women's Movement (RWM). As análises de Santos (2013), Silva (2013) e Barbosa (2009; 2013) convergem a um ponto em comum: o de abordarem mulheres africanas desde um movimento de dentro do próprio continente africano e como sujeitos da história. Afinal, é importante fazer ecoar nas ciências humanas de modo particular, e no campo científico de modo mais amplo, as vozes dessas mulheres que por tanto tempo foram silenciadas e/ou negligenciadas.

Considerações finais

A historiografia privilegiou por muito tempo as narrativas dos sujeitos do Norte do globo. Acionou, em grande medida, o discurso de alteridade para representar e/ou qualificar o africano como “o outro” não humano. Os europeus construíram uma identidade superior de si e as ciências humanas tiveram grande influência nessa construção. O discurso científico foi um dos principais responsáveis por fundamentar e legitimar a “superioridade” da Europa. E o próprio modo como a História da África foi gestada e apropriada pelo ocidente impactou diretamente as representações sobre as mulheres africanas. O discurso científico ocidental inscreveu as mulheres africanas entre o limite entre o humano e o animal.

Como diz Maria Paula Meneses, “o peso das representações coloniais sobre África marcou e marca ainda o imaginário de muitos sobre o continente”, como foi o caso das representações sobre as mulheres africanas. Nesse sentido, é urgente, pois, que se problematize que tipo de conhecimento está sendo produzido no meio acadêmico e com quais finalidades. É preciso romper com a vertente que tende a pensar o mundo e os sujeitos numa perspectiva “unilateral”, dicotômico e hierárquico. É necessário, “desvendar novas formas de pensar o

conhecimento, gerando novas formas de acomodar a diversidade do saber da humanidade” (MENESES, 2009, p. 208). Assim, em tempos de lutas em prol da democracia no Brasil e contra os preconceitos, é urgente pensarmos em termos de deslocamento e descolonização do saber, possibilitando assim o diálogo entre o mosaico de experiências humanas independente do tempo e lugar que ocorram.

Referências Bibliográficas

AKÌNRÙLÍ, Olúségún Michael. Gèlèdè: O Poder Feminino na Cultura Africana-Yorùbá. [s.l.]: **Revista África e Africanidades**, ano III, n. 12, 2011. Disponível em <africaeaficanidades.com.br> Acesso em 12 dez. 2012.

APPIAH, Kwame Anthony. A invenção da África. **In.: Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BÃ, A. Hampaté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 2. Ed. Brasília: UNESCO, 2000, p. 167-212.

BEOKU-BETTS, Josephine. Contested Representations: ‘Gender’ in Africa. In.: **Readings in Gender in African**. [s.d.]: Indiana University Press, 2005, p. 20-24.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Gênero, Identidades e Mobilização na África do Sul. In.: **XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza: ANPUH, 2009, p. 1-6.

_____. Movimentos Sociais no Brasil e na África do Sul: uma comparação no eixo sul-sul. In.: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação**. São Luís: EDUFMA, p. 13-26.

BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1982.

DAMASCENO, Janaína. O corpo do outro: construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro – o caso da Vênus Hotentote. In.: **Fazendo Gênero – corpo, violência e poder**. Florianópolis, 2008, p. 1-7.

FAGE, J. D. A evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO, J. **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 2. Ed. Brasília: UNESCO, 2010, p. 1-22.

FEIERMAN, Steven. African Histories and the dissolution of World histories. In.: BATES, R.; MUDIMBE, V.Y.; O'BARR, Jean. **Africa and the Disciplines**. The contribution of research in Africa to the social sciences and humanities, Chicago: The University of Chicago Press, 1993, p. 167-212.

GINZBURG, Carlo. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade. In.: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 211-232.

IMAM, Ayesha Mei-Tje. "The presentation of African women in historical writing". In: KLEINBERG, S. Jay (org). **Retrieving Women's History: changing perceptions of the role of women in politics and society**. [s.l.]: Berg/UNESCO, 1988, p. 30-40.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de Auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 23, n. 1, 2001.

MELO, Aldina da Silva. **Dançando com os Zulus: representações de gênero em Kwazulu-Natal, África do Sul**. 2014. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Ciências Humanas – Sociologia, Universidade Federal do Maranhão – Campus de Bacabal, Bacabal, 2014.

_____. **A África na sala de aula na África: a reinvenção dos Zulus**. 2017. 206 f. Dissertação de Mestrado – História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

MENESES, Maria Paula Gutierrez. Os espaços criados pelas palavras: racismo, etnicidades e o encontro colonial. In.: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 55-76.

_____. Corpos de Violência, Linguagens de Resistência: as complexas teias de conhecimento no Moçambique contemporâneo. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 177-214.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. São Paulo: PUC, 1981.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares: Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-asiáticos**, 2003, v. 25, n. 3, p.421-461.

_____. A história da África em perspectiva. In.: **Revista Múltipla**, Brasília, ano 9, v. 10, n. 16, jun. 2004.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceptualizando el género: Los fundamentos eurocéntricos de los conceptos feministas y el reto de la epistemología africana**. 2010. Disponível em << www.africaneando.org>> Acesso em 10 de ago. 2014.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. África pré-colonial: ambiente, povos e culturas. **História da África e dos Africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 15-55.

PIMENTA, Carlos; KAJIBANGA, Victor. Epistemologia dos Estudos Africanos. Disponível em <<http://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta/textos/pdf/EEA_V2.pdf>> Acesso em 05 de dez. de 2015.

POUTGNAT, Philippe; STREIFL-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Unesp, 2011.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 73-118.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 21-72.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entrevista cedida a Roger Dale e Susan Robertson. In.: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras**: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 15-30.

SANTOS, Orlando. “A gente da nossa cor (...) nada nos é dado de bandeja”: trajetórias femininas nos comércios de rua de Luanda e Salvador. In.: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. São Luís: EDUFMA, 2013, p. 27-39.

SILVA, Tatiana Raquel Reis. Mulheres em movimento: as rabidantes cabo-verdianas e o comércio informal transatlântico. In.: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. São Luís: EDUFMA, 2013, p. 3-12.

SLENES, Robert W. A importância da África para as Ciências Humanas. **Respostas ao racismo**: produção acadêmica e compromisso político em tempos de ações afirmativas. Campinas: UNICAMP, 2009, p. 19-32.

YOUNG, Robert J. C. **Desejo colonial**: hibridismo em teoria, cultura e raça. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ZAMPARONI, Valdemir. **África e os estudos africanos no Brasil**: passado e futuro. Multiculturalismo, 2007, p. 46-49.